



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DA SERRA ES

Ata da Nonagésima Sétima Reunião Extraordinária do Conselho Municipal da Saúde da Serra (CMSS).

Aos dez dias de março de dois mil e vinte e cinco realizou-se a nonagésima sétima reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde da Serra (CMSS) no formato presencial. A presidenta do Conselho Municipal de Saúde, Karina Daleprani Espíndula, deu início à reunião ordinária às catorze horas e dezesseis minutos com a verificação de quórum para o início dos trabalhos. Em seguida faz a chamada nominal dos Conselheiros presentes.

Segmento dos Usuários do SUS: Titulares: Antônio Carlos Nogueira do Nascimento, Moysés de Jesus, Natália Castagna de Almeida, Kael Miguel Lopes. Suplente: Jodimar da Silva, Eusabeth Ferreira das Mercês Vasconcelos, Dilma Chagas de Souza.

Segmento dos Trabalhadores do SUS: Titular: Marcia Naomi Shigetomi; Suplentes: Flávia Júlio Alves Amaro dos Santos, Meiriene Siqueira da Silva Gomes.

Segmento Gestor/Prestador de serviços de saúde do SUS: Titulares: Malvina Lucas Segantine Moura; Karina Daleprani Espíndula. **Faltas justificadas:** Fátima Tolentino da Silva, Girlândia Conceição dos Santos, Schirley Tamagnoni

Loss Frizzera, Raphaella Schmidt, esta última por ter saído da Secretaria de Saúde.

Convidados: O Secretário de Saúde Diogo Cosme, a Subsecretária de Gestão em Saúde Juliana Rocha Rangel, o Subsecretário de Gestão Administrativa Adonias Menegidio da Silva, Altair dos Santos, diretor da FAMS, Oracy de Jesus Silva, vice-presidente da FAMS; Luzeni Azevedo; Camila Gomes de Souza; Edilson da Vitória Júnior, gerente da UPA Serra Sede; Juliane Rocha Rangel; Mara Gomes; a Gerente de Gestão e Educação em Saúde Elaine Montarroyos; Adane Lima. A presidente inicia a reunião com a primeira pauta, que se refere à apresentação acerca do procedimento de seleção para formalização do contrato de Gestão para gerenciamento da UPA Serra Sede. Aproveita o momento para pedir a inserção de um segundo ponto de pauta, referente à matéria publicada no Jornal Folha da Vila em nome do Conselho Municipal de Saúde sem autorização do mesmo. Ponto de pauta aprovado pelo Conselho, a Presidenta passou a palavra para o Secretário de Saúde, felicitando-o pela sua vinda. O Secretário Diogo Cosme se apresenta dizendo-se morador do município da Serra há muitos anos e fala sobre sua experiência na iniciativa privada, colocando-se à disposição para diálogo junto ao Conselho Municipal de Saúde. Em seguida a palavra é passada para o Subsecretário de Gestão Administrativa Adonias Menegidio da Silva, que inicia sua apresentação acerca do estudo de vantajosidade que foi usado como base para se pensar em novo modelo de gestão para a UPA Serra Sede. A proposta do subsecretário foi de apresentar os dados de produção nas UPAS do município da Serra, fazer um comparativo de custos e demonstrar a dificuldade de contratação e manutenção de profissionais médicos; inicia a apresentação dizendo que, em conformidade ao parágrafo quarto do artigo vinte e três da Lei Municipal de número três mil setecentos e setenta e oito, do ano de dois mil e vinte um, está sendo dada ciência ao Conselho Municipal de Saúde sobre a celebração do contrato de gestão. A adoção do modelo de parceria com entidades do terceiro setor qualificadas como Organização Social (OS), por meio de Contrato de Gestão, para o gerenciamento da UPA vinte e quatro horas Serra Oscarina Miranda Borges,



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DA SERRA ES

51 tem os seguintes objetivos: a) Ampliar a oferta de serviços de qualidade ao
52 usuário SUS, com assistência humanizada e eficiente; b) Implantar um
53 modelo de gerenciamento voltado para resultados; c) Monitorar por meio de
54 análise de indicadores, controle de cumprimento de metas, avaliação e
55 fiscalização dos resultados; d) Apoiar as necessidades dos serviços de
56 saúde da rede municipal, com realização de atendimentos de Urgência e
57 Emergência; e) Contratar pessoal conforme as condições de mercado, com
58 salários competitivos, recrutamento adequado, treinamento constante e
59 substituição ágil, mantendo as escalas completas; f) Adotar normas próprias
60 para compras e contratações, respeitando os princípios da Administração
61 Pública sem os entraves de contratar serviços, adquirir materiais e
62 equipamentos por meio de licitação pública; g) Dimensionar e distribuir as
63 equipes de trabalho nas 24 horas do dia, em quantidade suficiente a fim de
64 garantir a resolutividade, economicidade e o menor tempo de espera. Em
65 seguida o Sr Adonias demonstra séries históricas de atendimentos na UPA
66 Carapina, na UPA Serra e na UPA Castelândia, janeiro de dois mil e vinte e
67 três a novembro de dois mil e vinte e quatro, para comparação; neste
68 momento a conselheira Meiriene questiona a disparidade entre o número de
69 atendimentos da UPA Serra Sede presentes nos relatórios apresentados
70 pelo Planejamento em que a mesma apresenta um número muito superior
71 em relação às demais UPAS terceirizadas, enquanto que, na apresentação
72 feita pelo Subsecretário de Gestão Administrativa, estes números estão
73 equiparados. A Presidenta do Conselho Karina Daleprani explica que os
74 dados foram retirados de fontes diferentes: enquanto que o Planejamento
75 Estratégico utiliza dados do SiaSus, o Sr Adonias utilizou como fonte de
76 referência a Rede Bem Estar e Sistema Focus das próprias UPA's, com os
77 dados reais de atendimento, sem as glosas efetuadas pelo Ministério da
78 Saúde. Meiriene reforça que a diferença nos dados demonstrados entre
79 Planejamento e Subsecretaria de Gestão Administrativa causa enorme
80 surpresa. O Sr Adonias responde que esta diferença sempre vai existir em
81 função das glosas sofridas no processo de faturamento. A Conselheira
82 Eusabeth toma a palavra relatando que os munícipes têm preferido ser
83 atendidos na UPA Serra Sede e não nas demais UPAS, mesmo residindo
84 nas imediações das mesmas. A Presidenta do Conselho reforça que a
85 diferença nos dados de atendimento não é da Serra Sede, mas das duas
86 outras UPAS. Explica que, quando é feita a inserção de dados de produção
87 no sistema do Ministério da Saúde, o Sia SUS, o mesmo só aceita dados
88 sem inconsistências. Até a UPA Serra Sede, no SiaSus, apresenta dados
89 um pouco menores. O Sr Adonias complementa dizendo que há muita
90 dificuldade no cadastramento no Cadastro Nacional de Estabelecimento de
91 Saúde, o CNES; os profissionais de Carapina e Castelândia possuem maior
92 rotatividade, e muitas vezes não há tempo de se cadastrar o profissional
93 dentro do estabelecimento, ocasionando glosas na produção do SiaSus. O
94 Sr Oracy de Jesus Silva questiona a veracidade dos dados; diz que o
95 atendimento da UPA de Serra Sede é tão boa que muitos munícipes querem
96 ser atendidos lá e solicita que o Subsecretário apresente propostas que
97 beneficiem a população e promete a manifestação das lideranças
98 comunitárias. O conselheiro Antônio Carlos pede que as pessoas deixem
99 para se posicionar após a apresentação, para que a mesma possa ser
100 concluída e seja feito o devido debate. O Subsecretário Adonias diz que as



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DA SERRA ES

101 pessoas possuem o direito de não concordar com os dados apresentados,
102 mas reitera que estes são os dados reais de atendimento que constam nos
103 sistemas das próprias UPA's e não dados inventados. A seguir apresenta a
104 apuração do custo mensal: Enquanto a UPA de Serra Sede apresenta um
105 gasto mensal de quatro milhões, setecentos e treze mil, seiscentos e trinta
106 reais e cinquenta e quatro centavos, com dezessete mil, quinhentos e
107 noventa atendimentos, a UPA de Carapina, com dezessete mil, cento e
108 oitenta e três atendimentos gasta dois milhões, seiscentos e noventa e oito
109 mil, duzentos e sessenta e um reais e sessenta e um centavos. Já a UPA
110 de Castelândia, efetuando dezesseis mil, oitocentos e dezenove
111 atendimentos, gasta dois milhões, setecentos e setenta e seis, setecentos e
112 quarenta e quatro reais e noventa e cinco centavos. O Sr Adonias reforça
113 que a UPA de Serra Sede foi a que mais consumiu recurso, com setenta e
114 quatro por cento a mais do que a UPA de Carapina e sessenta e nove por
115 cento a mais que a UPA de Castelândia. A média de custo mensal por
116 paciente na UPA de Serra Sede gira em torno de duzentos e sessenta e
117 sete reais e noventa e sete centavos, enquanto que na UPA de Carapina o
118 paciente gasta em torno de cento e cinquenta e sete reais e trinta centavos,
119 e na UPA de Castelândia cento e sessenta e cinco reais e dez centavos. A
120 seguir o Sr Adonias apresentou o custo total operacional por ano das três
121 UPA's e o custo por paciente; em ambos os casos a UPA de Serra Sede. A
122 conselheira Márcia pergunta do que se trata custo operacional; O
123 Subsecretário explica que são todos os custos de se manter a unidade
124 funcionando, desde energia elétrica até funcionários, manutenção, entre
125 outros. A UPA de Serra Sede possui um custo operacional total por ano de
126 cinquenta e seis milhões, quinhentos e sessenta e três mil, quinhentos e
127 sessenta e seis reais e quarenta e oito centavos; a UPA de Carapina teve
128 um custo de trinta e dois milhões, trezentos e setenta e nove mil, cento e
129 trinta e nove reais e trinta e seis centavos; e a UPA de Castelândia
130 apresentou um custo operacional total de trinta e três milhões, trezentos e
131 vinte mil, novecentos e trinta e nove reais e quarenta centavos. Em seguida
132 o Subsecretário falou da dificuldade da Secretaria Municipal de Saúde da
133 Serra em desenvolver e fixar seus trabalhadores nos serviços de saúde,
134 além de mantê-los adequadamente treinados e qualificados. Como exemplo
135 dessa dificuldade, desde janeiro de 2020 foram realizados sete processos
136 seletivos para contratação de profissionais médicos plantonistas. Dos
137 processos seletivos abertos, cem por cento dos inscritos foram convocados
138 a assumirem os cargos, sendo que deste total aproximadamente oitenta por
139 cento não compareceu ou finalizou o processo de admissão. E conforme
140 dados fornecidos pela SGTES/SESA, das contratações de 2021 a 2023,
141 apenas quinze por cento permanecem em atividade na UPA de Serra
142 Sede. O monitoramento, acompanhamento e a fiscalização da execução do
143 Contrato de Gestão, é realizado pela Comissão Especial de Monitoramento
144 e Avaliação (CESMOS/SESA), cujos membros foram designados pela
145 Portaria nº 173/2022, cujas atribuições estão previstas no artigo trinta e dois
146 do Decreto de número dois mil setecentos e nove de dois mil e vinte e dois,
147 que resolve: I - monitorar de maneira constante a execução do Contrato de
148 Gestão, avaliando a situação dos serviços, o adimplemento das obrigações
149 contratuais e o atingimento das metas; II - solicitar, a qualquer tempo,
150 documentos e informações a serem prestadas pela Organização Social,



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DA SERRA ES

acerca da execução do Contrato de Gestão e da utilização dos recursos públicos repassados; III - avaliar as prestações de contas apresentadas pela Organização Social; IV - elaborar pareceres técnicos, relatórios e demais documentos relativos à execução do contrato, sempre que solicitados pela secretaria correspondente; V - instaurar e conduzir processos administrativos relacionados à execução contratual, aí inclusos aqueles destinados à apuração e punição de infrações contratuais; VI - interagir e articular as várias instâncias da Administração Pública relacionadas com os serviços objeto do Contrato de Gestão; o Contrato de Gestão; VIII - elaborar periodicamente, a cada prestação de contas apresentada pela Organização Social, Relatório de Fiscalização do Contrato de Gestão, contendo conclusões acerca da prestação de contas apresentada pela Organização Social e do atingimento das metas e indicadores de desempenho pactuados; IX - elaborar, ao final de cada exercício financeiro, Relatório de Avaliação Anual de Execução do Contrato de Gestão, bem como, quando do encerramento da parceria, Relatório de Avaliação Final de Execução do Contrato de Gestão. Após a apresentação seguiu-se o debate primeiramente pela conselheira Meiriene, que explicita a falta de telemedicina nas UPA's de Carapina e Castelândia, o que já seria um custo a mais da UPA de Serra Sede, que utiliza este serviço. Explica ainda que foi aprovado por este Conselho o pagamento de quarenta e oito reais para cada médico que utilizar este recurso de telemedicina; além disso a conselheira ressalta que o profissional médico não quer ir para Serra Sede porque o mesmo recebe em torno de quatro mil reais para exercer vinte horas semanais, enquanto os profissionais de Pessoa Jurídica recebem até mil e trezentos reais por plantão, por isso os mesmos têm preferido trabalhar como P.J. Questiona o fato de o Subsecretário Adonias não ter apresentado benefícios com a terceirização, apenas valores. O servidor da Serra tem sido uma mão de obra barata, e dá o exemplo do salário do técnico de enfermagem, que se encontra abaixo do salário mínimo. Pergunta: qual o benefício para a Saúde, para a população que busca atendimento digno? Reforça que o Conselho Municipal de Saúde não é favorável à terceirização. A conselheira Márcia acrescenta que os dados podem ser utilizados isoladamente para se dizer o que for mais conveniente para a situação e diz que estes valores deveriam ser apresentados junto com os serviços que cada estabelecimento de saúde oferece, utilizando os mesmos parâmetros para comparação entre os três serviços. Diz que o Conselho recebe constantemente denúncias de falta de medicamentos, de equipamentos e de profissionais por meio da população, que por isso prefere comparecer à UPA de Serra Sede por isso. A Conselheira Eusabeth relata que as pessoas de outros bairros preferem ser atendidas em Serra Sede do que nas UPA's terceirizadas mesmo elas sendo dos seus territórios de moradia, e o Secretário de Saúde pergunta como ela obteve esses dados, pois parece se tratar de uma percepção pessoal e tal percepção precisa ser melhor apurada; a conselheira Eusabeth responde que ela, como representante da sociedade civil, está mais perto da população diariamente e ouve relatos constantes e diz que, para melhor apuração há a necessidade da rede de informatização para deixar visível o caminho que tal usuário fez antes de chegar até a UPA de Serra Sede, pois muitos passam pelas outras UPA's antes e não são bem atendidos. A conselheira Márcia diz que quando



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DA SERRA ES

201 trabalhava na Unidade Básica e na UPA conseguia ver, por outros sistemas,
202 o caminho que usuário fazia, o que facilitava muitos encaminhamentos. O
203 Secretário de Saúde diz que no contrato da terceirização precisa haver a
204 previsão de uma penalidade financeira para a empresa gestora caso
205 aconteçam falhas e para que a qualidade do atendimento ser assegurada.
206 Também é preciso fiscalização e medição com dados, não sendo suficiente
207 apenas a percepção. A conselheira Meiriene diz que o Conselho Municipal
208 de Saúde já solicitou diversas vezes a rede de informatização para que
209 esses dados sejam melhor apurados, mas até hoje não foi ouvido. O
210 conselheiro Antônio Carlos pediu a palavra e questionou o fato de que o
211 Conselho Municipal de Saúde só ter tomado ciência do processo de
212 terceirização recentemente, frisando que o mesmo não deve apenas tomar
213 ciência, mas trata-se de um colegiado que também delibera e aprova as
214 propostas; na última reunião ordinária, inclusive, foi aprovada por
215 unanimidade uma resolução contrária à terceirização da UPA de Serra
216 Sede. Também relatou que os dados apresentados não foram convincentes
217 quanto à necessidade de terceirização, e exaltou a qualidade de
218 atendimento da UPA de Serra Sede com a gestão municipal, chamando
219 atenção também para o fato de que não houve audiência pública nem
220 qualquer diálogo com a sociedade civil. Ratifica as falas apresentadas pelas
221 conselheiras Márcia, Eusabeth e Meiriene e diz que os hospitais estaduais
222 estão sendo gerenciados pela INOVA, e estão precarizados; não deseja isso
223 para o município da Serra. O conselheiro Jodimar solicita ao Subsecretário
224 Adonias o plano para melhorias para os servidores da UPA, plano de cargos
225 e salários e outros benefícios neste processo de terceirização. Os números
226 isolados não interessam ao Conselho; pergunta também sobre o processo
227 de transferência desses servidores. A subsecretária Juliana explica que
228 está sendo planejado um processo seletivo voltado para a transição dos
229 servidores da UPA para que eles possam ser lotados na Estratégia de
230 Saúde da Família, ou em outros setores da Secretaria de Saúde, conforme
231 eles sejam trinta ou quarenta horas semanais; os servidores possuem
232 especificidades e cada lotação será analisada caso a caso. Diz que a gestão
233 tem se preocupado também com quem possui mais de um vínculo. A
234 conselheira Meiriene diz que os profissionais que trabalham à noite
235 geralmente possuem outro vínculo durante o dia, portanto acha que esses
236 servidores serão prejudicados, já que não conseguem ser diaristas. A
237 subsecretária Juliana responde que para estes servidores está sendo
238 pensado um processo seletivo, pois novos equipamentos serão abertos com
239 horário noturno disponível. O Secretário desculpa-se pois precisa se retirar
240 antes do término da reunião, pois possui outra pauta com o prefeito; a
241 conselheira Márcia solicita ao secretário a implantação da Mesa de
242 Negociação Permanente no município; a conselheira Eusabeth solicita o
243 Termo de Referência do edital, ao que o Secretário responde que o edital é
244 aberto ao público e já disposto no site da Prefeitura Municipal de Saúde. A
245 Presidente Karina diz que podemos baixar o edital e compartilhá-lo com o
246 CMSS, podendo ser lido e analisado pelos conselheiros. Quem fiscaliza as
247 terceirizadas é uma comissão formada por servidores de saúde, da
248 Gerência de Contratação de Organização Social; dentro dela existe a
249 Comissão de Acompanhamento e Monitoramento das Organizações
250 Sociais. A Presidente do Conselho Karina expõe a todos e todas presentes



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DA SERRA ES

que o Conselho Municipal de Saúde, enquanto um colegiado, é contra a terceirização da UPA de Serra Sede, porém entende que o mesmo possui seus limites de atuação, e não conseguiria barrar um processo de terceirização, percebendo que esta seria a expectativa equivocada de algumas pessoas. A Gerente de Gestão e Educação em Saúde Elaine Montarroyos pede a palavra e argumenta que, mesmo sendo contrária à ideia de terceirização, entende que a questão é mais complexa, principalmente em relação à folha de pagamento, pois existe, hoje, um teto de gastos que não comporta a realidade do município. O processo de terceirização entra neste caso para resolver problemas de folha de pagamento e contratações de profissionais. Antônio Carlos refere preocupação, a partir da fala de Elaine, em relação à atenção primária quanto ao processo de terceirização e reitera que os conselheiros possuem um papel fiscalizador e não podem ser coniventes com este processo. Elaine diz que a ex secretária Fernanda Coimbra pensou em projeto de uma comissão formada de profissionais para fiscalizar a gestão da UPA, enfatizando que o Termo de Referência feito foi bastante exigente quanto aos critérios de contratação. A conselheira Meiriene questiona o porquê da construção de nova unidade de saúde visto que isso também afetaria o teto de gastos da mesma forma; a subsecretária Juliana responde que apenas investindo na atenção primária será possível enxugar gastos com urgência e emergência; além disso as unidades de saúde não são construídas aleatoriamente, mas possuem base nas necessidades de acompanhamento da população. O subsecretário Adonias agradece e se despede da reunião extraordinária, explicando que parte das dúvidas apresentadas encontram-se no Termo de Referência, mas não é possível apresentá-lo em uma única reunião. A conselheira Eusabeth propõe que se avalie, depois de seis meses, se a terceirização deu ou não bons resultados, tomando o que foi registrado nesta reunião como referência. O conselheiro Jodimar diz não ter tido a expectativa atendida de apresentação das mudanças a serem implementadas em relação aos benefícios para o município que a terceirização supostamente vai oferecer. A Presidente do Conselho propõe a leitura e análise, por parte dos conselheiros da comissão de finanças e instrumentos de gestão, do Termo de Referência e do estudo de vantajosidade completo. Não foi aprovada a proposta e a Presidente declinou do encaminhamento. O conselheiro Antônio Carlos diz que cabem aos conselheiros locais a fiscalização dos serviços e denúncias ao Conselho Municipal de Saúde, e para isso os conselhos locais precisam funcionar. A Presidenta Karina lembra que os conselheiros municipais são responsáveis por tudo que foi dito nesta reunião e lembra que em nenhum momento os mesmos saíram do CMS e foram até o serviços promover fiscalização. Findo este ponto de pauta, a Presidente passou para o segundo ponto de pauta, referente à veiculação de matéria em jornal sem autorização do CMSS. Foi publicada uma nota de repúdio, em nome do CMSS, no Jornal Folha da Vila, sem ter passado por reunião do Pleno do Conselho. Entende que aconteceu um vazamento de informações e uma pessoa, já identificada, mandou publicar identificando-se como conselheira do CMSS, segundo o jornal. Propõe que haja alguma penalidade em relação à pessoa que fez isso, pois entende que a mesma não deve permanecer sendo conselheira local ou gestora pois entende ser muito grave um conselheiro local ou gestor se fazer



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DA SERRA ES

passar pelo CMSS. Lembra que esta nota foi construída pela conselheira Márcia e não passou pelo Pleno, foi apresentada apenas à Mesa Diretora. Alguém do próprio CMSS disponibilizou a nota para a pessoa em questão. A nota inclusive cita encaminhamentos que nem foram discutidos em reunião. Complementa dizendo que a ex Secretária de Saúde assinou a resolução feita pelo Conselho e já foi encaminhada para publicação no DIO. Antes da publicação o CMSS não deve se manifestar. A conselheira Meiriene agradece e parabeniza o CMSS pela luta diária quanto à terceirização e em relação a outras demandas da saúde também, discutindo abertamente com a Gestão, mas entende que o CMSS não consegue impedir o processo de terceirização. Karina acrescenta que as discussões acontecem de forma muito mais respeitosa e democrática neste momento atual, e isso fortalece o CMSS. A conselheira Eusabeth pede, como ponto de pauta da Mesa Diretora, a discussão acerca da possibilidade de apresentação das atribuições de cada setor da secretaria de saúde, inclusive do CMSS. Em relação ao segundo ponto de pauta desta reunião extraordinária, os conselheiros deliberaram que, por ser o primeiro caso e não ter nada em regimento, será feita uma conversa com a pessoa em questão. O conselheiro Antônio Carlos acredita que a pessoa não fez isso sozinha e defende que o CMSS deverá recriar novas normas para conselhos locais e gestores, prevendo punições a fim de que se possa impedir que problemas como este voltem a acontecer. A Presidenta lembra que o conselheiro local de Feu Rosa a procurou solicitando ajuda quanto às reuniões do Conselho Local, com a presença de um dos conselheiros municipais às reuniões, que não vêm acontecendo. Antônio Carlos diz que a solicitação deveria ter sido feita via ofício ao CMSS e não desta maneira; pela lei não se pode tomar nenhuma decisão em relação aos conselhos locais e gestores sem antes ouvi-los. Sugere que os representantes da comissão de educação permanente entrem em contato com os demais conselheiros locais para entender o porquê do não comparecimento dos mesmos nas reuniões. A conselheira Eusabeth lembra que o rodízio de gerentes impacta o funcionamento dos conselhos locais e a sociedade civil continua desconhecendo os processos de controle social, portanto entende que deve ser feito um trabalho junto aos gerentes das unidades. Finda a reunião às dezesseis horas e quarenta minutos, eu, Flávia de Macedo cavallini, lavrei a presente Ata que será assinada por mim e pela Presidenta do Conselho Karina Daleprani Espindula.

Flávia de Macedo Cavallini

Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde da Serra

Karina Daleprani Espindula

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde da Serra